

# *Superior Tribunal de Justiça*

## **AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.560.844 - PR (2019/0234277-2)**

**RELATORA** : **MINISTRA MARIA ISABEL GALLOTTI**  
**AGRAVANTE** : **AYMORE CRÉDITO, FINANCIAMENTO E INVESTIMENTO S.A**  
**ADVOGADO** : **ALEXANDRE NELSON FERRAZ - PR030890**  
**AGRAVADO** : **ALEXANDRE NUNES BEZERRA DO NASCIMENTO**  
**ADVOGADOS** : **MIRIAN RAMOS NOGUEIRA - PR052405**  
**ELTON EURICO LISSA VIEIRA - PR065301**

### **DECISÃO**

Trata-se de agravo contra decisão que negou seguimento a recurso especial interposto em face de acórdão assim ementado (e-STJ, fl. 355):

IMPUGNAÇÃO AO CUMPRIMENTO DA SENTENÇA. FIXAÇÃO DA MULTA COMINATÓRIA EM R\$ 500,00 DIÁRIOS, LIMITADA A R\$ 60.000,00. IMPUGNAÇÃO QUE VERSA SOBRE O VALOR DA MULTA. CASO EM QUE NÃO SE DISCUTE REVISÃO SUPERVENIENTE DA MULTA, MAS SIM O PRÓPRIO ACERTO DA DECISÃO QUE A FIXOU. LIMITAÇÃO DA SANÇÃO A PERÍODO EM QUE JUSTIFICAVA O AGUARDO DO CUMPRIMENTO VOLUNTÁRIO DA OBRIGAÇÃO, SEM A ADOÇÃO DE OUTRAS MEDIDAS. PRAZO DE 30 DIAS QUE SE REVELA MAIS RAZOÁVEL E PROPORCIONAL, FINDO O QUAL DEVERIA TEREM SIDO ADOTADAS OUTRAS PROVIDÊNCIAS. REDUÇÃO DO VALOR TOTAL DA MULTA PARA R\$ 15.000,00.

AGRAVO DE INSTRUMENTO PARCIALMENTE PROVIDO.

Opostos embargos de declaração, esses foram acolhidos, sem efeitos modificativos, nos termos da seguinte ementa (e-STJ, fl. 368):

OMISSÃO. VÍCIO CONFIGURADO. INAPLICABILIDADE DO PARÁGRAFO ÚNICO DO ART. 774 DO NCPC AO CASO DOS AUTOS.

EMBARGOS DE DECLARAÇÃO ACOLHIDOS, SEM MODIFICAÇÃO DO JULGADO.

Nas razões de recurso especial, alega a ora agravante violação dos arts.

# *Superior Tribunal de Justiça*

774, parágrafo único, do Código de Processo Civil de 2015.

Sustenta que, embora o acórdão recorrido tenha reduzido a multa cominatória de R\$ 60.000,00 (sessenta mil reais) para o patamar de R\$ 15.000,00 (quinze mil reais), é permitida, ainda, a aplicação subsidiária da regra que limita o valor da multa ao percentual de 20% (vinte por cento) sobre o valor atualizado do débito em execução, evitando-se, assim, a oneração excessiva da parte executada.

Contrarrazões apresentadas às fls. 416-426 (e-STJ), pelo não provimento do recurso especial e fixação de multa por litigância de má-fé à recorrente.

O recurso não foi admitido na origem, nos termos da decisão de fls. 428-429 (e-STJ).

Sem contraminuta (e-STJ, fl. 442).

Assim delimitada a controvérsia, passo a decidir.

Destaca-se que a decisão recorrida foi publicada depois da entrada em vigor da Lei 13.105 de 2015, estando o recurso sujeito aos requisitos de admissibilidade do novo Código de Processo Civil, conforme Enunciado Administrativo 3/2016 desta Corte.

Da leitura do acórdão recorrido, verifica-se, que a matéria em discussão foi decidida pelo Tribunal de origem com base nas circunstâncias fáticas e probatórias inerentes à causa, o que impede o seu reexame em recurso especial. É o que se depreende da fundamentação do julgado (e-STJ, fl. 369):

Acolho os embargos de declaração, ante a omissão do Colegiado em relação ao dispositivo do NCPC invocado nas razões do agravo de instrumento (art. 774, parágrafo único), e de imediato consigno que tal regra não se aplica ao caso dos autos, já que versa sobre a fixação de multa por litigância de má-fé ao passo que na hipótese está em discussão a multa cominatória que fora fixada para a hipótese de descumprimento da obrigação de fazer imposta pelo juízo de origem.

A desconstituição de tais premissas, portanto, a fim de alterar a conclusão do Tribunal de origem no sentido de rever o valor da multa cominatória evitando-se, assim, a oneração excessiva da parte ora agravante, pela aplicação de dispositivo legal que não guarda pertinência com o tema dos autos, que versa sobre multa por

# *Superior Tribunal de Justiça*

descumprimento de obrigação de fazer imposta pela instância ordinária e não multa por ato atentatório à dignidade da justiça, conforme prevê o art. 744 do CPC/2015, demandaria o reexame do acervo fático-probatório dos autos, procedimento inviável no recurso especial, ante o óbice contido no verbete da Súmula 7 do STJ.

Assim, a revisão do valor da multa por descumprimento da decisão judicial não se afigura possível no caso em análise, pois demandaria o reexame do conteúdo fático-probatório dos autos, incidindo à espécie, portanto, o óbice da Súmula 7 do STJ.

A propósito, confirmam-se:

AGRAVO REGIMENTAL. AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. DESCUMPRIMENTO DE DECISÃO JUDICIAL. EXECUÇÃO DE MULTA COMINATÓRIA (*ASTREINTES*). IMPUGNAÇÃO AO CUMPRIMENTO DE SENTENÇA. REVISÃO DO VALOR. REEXAME DE MATÉRIA FÁTICA. ACÓRDÃO CUJOS FUNDAMENTOS NÃO FORAM ATACADOS.

1. A jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça (STJ) admite, excepcionalmente, em recurso especial, reexaminar o valor fixado a título de multa cominatória, quando ínfimo ou exagerado. Hipótese em que o valor estabelecido na instância ordinária atende às circunstâncias de fato da causa, de forma condizente com os princípios da proporcionalidade e razoabilidade. Incide a Súmula 83 do STJ. Precedentes.

2. A apreciação dos critérios para a fixação da multa cominatória ou para a modificação de seu valor impõe o reexame de circunstâncias fático-probatórias da causa, o que é inviável em recurso especial nos termos da Súmula 7 do STJ. Precedentes.

3. O recurso especial não impugnou os fundamentos do acórdão recorrido. Incide a Súmula 283 do Supremo Tribunal Federal (STF).

4. A análise da alegada deficiência do instrumento de agravo, por falta de peça supostamente essencial à compreensão da controvérsia, esbarra no óbice da Súmula 7 do STJ. Precedentes.

5. Agravo regimental a que se nega provimento.

(AgRg no AREsp 78.294/RS, Rel. Ministra MARIA ISABEL GALLOTTI, QUARTA TURMA, julgado em 10.3.2016, DJe 16.3.2016.)

PROCESSUAL CIVIL E ADMINISTRATIVO. AGRAVO REGIMENTAL NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL.

# Superior Tribunal de Justiça

SERVIDOR PÚBLICO. REINTEGRAÇÃO AO CARGO. IMPOSIÇÃO DE MULTA DIÁRIA POR DESCUMPRIMENTO DE OBRIGAÇÃO. REVISÃO DO VALOR ARBITRADO. REVISÃO DE MATÉRIA FÁTICA. IMPOSSIBILIDADE. SÚMULA 7/STJ.

1. Na via especial não é cabível, em regra, a revisão do valor fixado pelas instâncias ordinárias a título de multa diária por descumprimento da obrigação de fazer, ante a impossibilidade de análise de fatos e provas, conforme a Súmula 7/STJ.

2. A jurisprudência deste STJ admite, em caráter excepcional, que o quantum arbitrado a título de *astreintes* seja alterado, caso se mostre irrisório ou exorbitante, em clara afronta aos princípios da razoabilidade e da proporcionalidade, o que não restou configurado na espécie.

3. Agravo regimental a que se nega provimento.

(AgRg no AREsp 810.175/ES, Rel. Ministro SÉRGIO KUKINA, PRIMEIRA TURMA, julgado em 15.3.2016, DJe 29.3.2016.)

Em face do exposto, nego provimento ao agravo.

Deixo de majorar os honorários nos termos do artigo 85, § 11, do Código de Processo Civil, visto que o recurso especial foi interposto nos autos de agravo de instrumento que ataca decisão interlocutória na qual não houve prévia fixação de honorários.

Intimem-se.

Brasília (DF), 02 de outubro de 2019.

MINISTRA MARIA ISABEL GALLOTTI  
Relatora